

GIOVANNI PACELLI

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA e ORÇAMENTÁRIA

6ª edição

Revista, atualizada e ampliada

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

PARA ACESSAR OS VÍDEOS:

Para quem usa **Android**, importante instalar um aplicativo com leitor de QR Codes, que pode ser o "QR Code Reader". Você encontrará no seguinte link:

► <http://editoraj.us/baixar-qr-android>

Para quem usa **IOS** (iPhone, iPad), basta instalar um aplicativo com leitor de QR Codes, que pode ser o "QR Code Reader and Scanner". Você o encontrará no seguinte link:

► <http://editoraj.us/baixar-qr-ios>



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Marcelo Brandão

P115a Pacelli, Giovanni.

AFO - Administração Financeira e Orçamentária / Giovanni Pacelli – 6. ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
1.440 p.

Inclui Bibliografia

ISBN: 978-85-442-4687-0

1. Administração Financeira Orçamentária 2. Administração Geral e Pública 3.
Ciclo Orçamentário I. Pacelli, Giovanni II. Título.

CDD 341.3836

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Unidade Didática I

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS



CAPÍTULO 1

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS E COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR 49

1. Conceitos 49
2. Competência para legislar sobre orçamento na federação 50
3. Lista de questões objetivas 53
4. Lista de questões discursivas 61

CAPÍTULO 02

ALICERCES DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA 63

1. Conceitos 63
2. Instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA 63
 - 2.1. Plano Plurianual: conceitos básicos 66
 - 2.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias: conceitos básicos 69
 - 2.3. Lei Orçamentária Anual: conceitos básicos 71
3. Ciclo orçamentário da LOA 72



Capítulo contém questões discursivas

4. Instrumentos retificadores da LOA: créditos adicionais	75
5. Lista de questões objetivas	78



CAPÍTULO 03

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS 91

1. Conceitos	91
2. Unidade ou totalidade	91
3. Anualidade ou periodicidade	93
4. Universalidade	96
5. Orçamento bruto	99
6. Princípio da exclusividade	100
7. Princípio da não afetação ou não vinculação	104
8. Princípio da discriminação/ especialização/ especificação	110
9. Princípio da unidade de caixa	117
10. Princípio do equilíbrio	118
11. Princípio da proibição do estorno	124
12. Princípio da legalidade ou reserva legal	125
13. Princípio da publicidade	126
14. Princípio da clareza	127
15. Princípio da exatidão	127
16. Princípio da uniformidade	127
17. Princípio da transparência	127
18. Princípio da programação	129
19. Princípio da regionalização	130
20. Princípio do orçamento impositivo	131
21. Quadro resumo dos princípios	133
22. Lista de questões objetivas	135
23. Lista de questões discursivas	157



CAPÍTULO 04

EVOLUÇÃO DOS MODELOS ORÇAMENTÁRIOS 159

1. Introdução	159
2. Orçamento tradicional	160
3. Orçamento desempenho	161
4. Orçamento-programa	161

5. Orçamento base-zero	166
6. Orçamento participativo	169
7. Orçamento incremental	170
8. Novo orçamento desempenho	171
9. PART	172
10. Aperfeiçoamento do Modelo Orçamentário Brasileiro	174
11. Lista de questões objetivas	174
12. Lista de questões discursivas	187

CAPÍTULO 05

CATEGORIAS DE ORÇAMENTO NA RELAÇÃO ENTRE O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO 193

1. Tipos de orçamento quanto ao papel dos poderes no ciclo orçamentário	193
2. Tipos de orçamento quanto à obrigatoriedade de execução das dotações aprovadas na 3ª etapa da LOA	195
3. Lista de questões objetivas	199

Unidade Didática II

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



CAPÍTULO 06

PLANO PLURIANUAL – PPA 205

1. PPA na Constituição Federal	205
2. PPA Federal 2024-2027	210
2.1. Estrutura do PPA federal por dimensões	210
2.2. Recursos não orçamentários das ações não orçamentárias	224
2.3. Investimentos	225
2.4. Ciclo do PPA	226
2.5. PPA e o Planejamento Estratégico Institucional dos órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional	229
2.6. Comparativo do PPA federal atual com modelos anteriores	230
3. Lista de questões objetivas	234
4. Lista de questões discursivas	247



CAPÍTULO 07

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 251

1. Atribuições da LDO na Constituição Federal de 1988 251
2. Atribuições da LDO na LRF 254
3. Outras atribuições da LDO na Constituição Federal de 1988, na LRF e na própria LDO Federal 256
 - 3.1. Papel da LDO na relação entre os Poderes quando da elaboração da LOA 256
 - 3.2. Papel da LDO no aumento das despesas com Pessoal 258
 - 3.3. Outros papéis 259
4. Anexos da LDO 260
 - 4.1. Anexo de Metas Fiscais – AMF 261
 - 4.2. Anexo de Riscos Fiscais – ARF 266
 - 4.3. Anexo Específico da União 268
 - 4.4. EC 102/2019: novo anexo à LDO 270
5. Lista de questões objetivas 271
6. Lista de questões discursivas 286



CAPÍTULO 08

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 289

1. LOA na Constituição Federal e na LRF 289
2. Estrutura geral da LOA 293
 - 2.1. Orçamento de Investimento 297
 - 2.2. Orçamento da Seguridade Social 301
 - 2.2.1. Composição das despesas da seguridade social na Federação 305
 - 2.2.2. Observância específica para o orçamento da seguridade na elaboração do PLOA 305
 - 2.3. Orçamento Fiscal 306
3. Lista de questões objetivas 307
4. Lista de questões discursivas 326

CAPÍTULO 09

INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO 331

1. PPA na Constituição Federal 331
2. Prazos dos instrumentos de planejamento 332
3. Lista de questões objetivas 336



CAPÍTULO 10

CRÉDITOS ADICIONAIS 341

1. Finalidades e formas de abertura 341
2. Fontes de créditos adicionais 344
3. Lista de questões objetivas 349
4. Lista de questões discursivas 369

Unidade Didática III

CICLO ORÇAMENTÁRIO NA UNIÃO

CAPÍTULO 11

SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO FEDERAL 379

1. Sistemas organizacionais 379
2. Sistema de planejamento e orçamento 382
 - 2.1. Unidades de Planejamento 384
 - 2.2. Unidades de Orçamento 385
 - 2.3. Órgãos Específicos 385
 - 2.4. Órgãos Setoriais 387
 - 2.5. Unidades Orçamentárias 388
3. Lista de questões objetivas 389

CAPÍTULO 12

CICLO ORÇAMENTÁRIO DA LOA E CICLO ORÇAMENTÁRIO AMPLIADO 403

1. Ciclo orçamentário da LOA 403
2. Ciclo orçamentário ampliado 406
3. Lista de questões objetivas 407



CAPÍTULO 13

1ª ETAPA: ELABORAÇÃO DA LOA 417

1. O SIOP na fase de elaboração 417
2. Elaboração da LOA e a interação entre o Executivo e os demais poderes 418
3. Papel dos integrantes do sistema de planejamento e orçamento na elaboração da LOA 420

4. Composição do PLOA quando do envio	422
5. Lista de questões objetivas	425
6. Lista de questões discursivas	429



CAPÍTULO 14

2ª ETAPA: DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DA LOA 431

1. Fluxo geral da etapa e principais atores	431
2. Requisitos para aprovação de emendas à LOA	434
3. Emendas impositivas individuais e as ECs 86/2015, 105/2019 e 126/2022	437
4. Emendas impositivas estaduais e as ECs 100 e 102 de 2019	445
5. Demais tipos de emendas	447
6. O modelo federal atual: orçamento híbrido e/ou impositivo flexível	449
6.1. Visão Normativa	449
6.2. Visão Doutrinária	451
6.3. Conclusão	453
7. Lista de questões objetivas	453
8. Lista de questões discursivas	472



CAPÍTULO 15

EVENTOS POSSÍVEIS ENTRE A APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA LOA 477

1. Generalidades	477
2. A LOA pode ser rejeitada?	477
3. O que ocorre quando o presidente veta parcialmente a LOA?	478
4. E se a LOA não for sancionada até 31/12?	479
5. Como se dá a inserção de dados no SIAFI?	481
6. Lista de questões objetivas	482
7. Lista de questões discursivas	486



CAPÍTULO 16

3ª ETAPA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 489

1. Prazos e componentes da programação orçamentária e financeira	489
2. Controles existentes sobre o fluxo de ingressos e dispêndios	494
3. Detalhamento sobre a limitação de empenho nos demais poderes	500

4.	Descentralização de crédito e de recursos	505
4.1.	Descentralização de créditos	506
4.2.	Descentralização de recursos	507
5.	Lista de questões objetivas	509
6.	Lista de questões discursivas	523



CAPÍTULO 17

4ª ETAPA: CONTROLE E AVALIAÇÃO 527

1.	Principais atores e atribuições	527
2.	Controle durante a execução orçamentária	528
3.	Controle <i>ex-post</i> : prestação de contas do Presidente da República ...	529
4.	Lista de questões objetivas	535
5.	Lista de questões discursivas	544

CAPÍTULO 18

VEDAÇÕES GERAIS AO CICLO ORÇAMENTÁRIO 547

1.	Vedações absolutas e relativas	547
2.	Lista de questões objetivas	553

Unidade Didática IV

ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS NA FEDERAÇÃO

CAPÍTULO 19

INGRESSOS E DISPÊNDIOS 569

1.	Ingressos e dispêndios	569
2.	Situações especiais	573
2.1.	Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar: inscrição e cancelamento	573
2.2.	SOC – Superávit do Orçamento Corrente	574
2.3.	Receitas dos Conselhos Profissionais e dos Serviços Sociais Autônomos	575
3.	Lista de questões objetivas	575



CAPÍTULO 20

RECEITA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES 585

1.	Classificações existentes	585
----	---------------------------------	-----

2.	Classificação da receita quanto à natureza	586
2.1.	Classificação da receita quanto à categoria econômica – 1º nível quanto à natureza	589
2.2.	Classificação da receita quanto à origem – 2º nível quanto à natureza	591
2.3.	Classificação da receita quanto à espécie e quanto ao desdobramento para identificação de peculiaridades da receita – 3º e 4º níveis quanto à natureza	594
2.4.	Classificação da receita quanto ao Tipo – 5º nível quanto à natureza	595
2.5.	Situações Especiais	600
2.5.1.	Taxa de Ocupação de Imóveis	600
2.5.2.	“Taxa” de Inscrição em concursos públicos	600
2.5.3.	Dividendos e Royalties	600
2.5.4.	Juros e Aplicações financeiras	600
2.5.5.	Juros e Amortização de Empréstimos	601
2.5.6.	Concessões, Permissões e Pedágios	601
2.5.7.	Alienação de Bens Apreendidos ou Cauçionados	601
2.5.8.	Empréstimos Compulsórios	601
2.5.9.	Alienação de Estoques Reguladores	601
2.5.10.	Receitas de transferências correntes e receitas de transferência de capital	601
2.5.11.	Doações	602
2.5.12.	Aplicações Financeiras no mercado e Aplicações Financeiras na Conta única	602
2.5.13.	Alienação de Títulos, Alienação de Investimentos	602
2.5.14.	Excedente da Cessão Onerosa do Pré-Sal	602
3.	Classificação da receita por fonte	603
3.1.	Códigos Utilizados	605
3.2.	Aplicações da fonte de recursos na União	608
4.	Classificação da receita para apuração do resultado primário	611
5.	Classificação por esfera orçamentária	612
6.	Classificação da receita quanto aos efeitos sobre o patrimônio líquido – aspecto contábil	612
7.	Classificação da receita quanto à coercitividade	614
8.	Classificação da receita quanto à periodicidade	615

9. Tabela resumo	616
10. Lista de questões objetivas	617
11. Lista de questões discursivas	633

CAPÍTULO 21

RECEITA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS 637

1. Etapas e estágios da receita orçamentária	637
2. Etapa de planejamento	638
3. Etapa de execução	638
3.1. Lançamento	638
3.2. Arrecadação	640
3.3. Recolhimento	640
4. Etapa de controle e avaliação	640
5. Considerações finais	641
5.1. Receitas Orçamentárias	641
5.2. Receitas Extraorçamentárias	641
6. Lista de questões objetivas	641

CAPÍTULO 22

DÍVIDA ATIVA 653

1. Dívida ativa	653
2. Lista de questões objetivas	656



CAPÍTULO 23

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES 669

1. Classificações existentes	669
2. Classificação da despesa por esfera orçamentária	671
3. Classificação institucional	673
4. Classificação funcional	675
4.1. Função	675
4.2. Subfunção	681
5. Classificação Programática	684
5.1. Programa	685
5.2. Ação	686
5.3. Subtítulos	688

5.4. Plano Orçamentário	689
5.5. Padronização de ações no âmbito federal	692
5.6. Meta física	692
6. Classificação por IDOC, IDUSO e fonte de recursos	694
7. Classificação quanto à natureza ("classificação econômica")	712
7.1. Classificação da despesa quanto à categoria econômica visão da Lei 4.320/1964	712
7.2. Classificação da despesa quanto à natureza - Portaria 163/2001 - Visão Geral	715
7.2.1. Grupo Natureza da Despesa - 2º nível da classificação da despesa quanto à natureza	717
7.2.2. Modalidade de aplicação - 3º nível da classificação da despesa quanto à natureza	720
7.2.3. Elemento da Despesa - 4º nível da classificação da despesa quanto à natureza	725
7.2.4. Situação Especial - Gastos efetivos e não efetivos	728
8. Classificação da despesa por identificador de resultado primário	732
9. Classificação da despesa quanto aos efeitos sobre o patrimônio público: efetivas e não efetivas (por mutação)	734
10. Tabela-síntese da classificação da despesa	736
11. Lista de questões objetivas	739
12. Lista de questões discursivas	767



CAPÍTULO 24

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS 771

1. Etapas e estágios da despesa orçamentária	771
2. Etapa de planejamento	772
2.1. Estágio de Fixação	772
2.2. Estágio de descentralização de créditos orçamentários	772
2.3. Programação orçamentária e financeira	776
2.4. Estágio da Licitação	776
3. Etapa de execução	777
3.1. Estágio do Empenho	778
3.2. Estágio da Liquidação	780
3.3. Estágio do Pagamento	782
4. Etapa de controle e avaliação	782

5.	Considerações finais	783
5.1.	Despesas Orçamentárias	783
5.2.	Despesas Extraorçamentárias	783
6.	Lista de questões objetivas	784
7.	Lista de questões discursivas	796



CAPÍTULO 25

RESTOS A PAGAR 801

1.	Conceito	801
2.	Controles gerais sobre restos a pagar previstos na LRF	804
3.	Controles específicos sobre os restos a pagar processados	805
4.	Controles específicos sobre os restos a pagar não processados	807
4.1.	Tratamento após a inscrição: regra a contar de 31/12/2018	808
5.	Restos a pagar de despesas plurianuais	813
6.	Prescrição e cancelamento de restos a pagar	815
7.	Cancelamento, “reinscrição” de restos a pagar e reaproveitamento de restos a pagar	818
8.	Lista de questões objetivas	819
9.	Lista de questões discursivas	836



CAPÍTULO 26

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 841

1.	Conceito	841
2.	Situação 1 – despesas que não se tenham processado na época própria	841
3.	Situação 2 – restos a pagar com prescrição interrompida	842
4.	Situação 3 – compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício	843
5.	Lista de questões objetivas	846
6.	Lista de questões discursivas	860



CAPÍTULO 27

SUPRIMENTO DE FUNDOS 865

1.	Conceito	865
2.	Suprimento de fundos: fases	867
2.1.	Concessão	868

2.2. Aplicação	874
2.3. Comprovação	874
3. Lista de questões objetivas	877
4. Lista de questões discursivas	892

Unidade Didática V

CONTROLE FISCAL NA FEDERAÇÃO



CAPÍTULO 28

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 897

1. Base constitucional e abrangência da lei	897
2. Princípios	897
3. Conceitos iniciais	898
4. Receita	907
4.1. Renúncia de Receita	908
5. Despesa	913
5.1. Aumento das despesas em geral	914
5.2. Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC)	915
5.3. Despesa com Pessoal	918
5.3.1. O que é?	918
5.3.2. Limites e consequências pela sua ultrapassagem	923
5.3.3. Controle de Gastos com Pessoal no Legislativo Municipal	931
5.4. Despesas com a Seguridade Social	933
5.5. Destinação de Recursos para o Setor Privado	934
5.6. Transferências Voluntárias	936
6. Dívidas e endividamento (dívida consolidada, dívida mobiliária, operações de créditos/garantias e contragarantias, ARO, Restos a Pagar)	941
6.1. Dívida consolidada e mobiliária	942
6.2. Operações de Crédito	952
6.3. Garantias e Contragarantias	959
6.4. ARO	963
6.5. Restos a Pagar	967

7.	Preservação do patrimônio público	967
8.	Instrumentos de transparência	968
8.1.	Relatório de Gestão Fiscal – RGF	970
8.1.1.	Responsabilidade pela emissão	970
8.1.2.	Estrutura do RGF e prazos para publicação	973
8.2.	RREO	979
9.	Escrituração e consolidação	988
10.	Fiscalização	992
11.	Flexibilização das regras fiscais em caso de PIB inferior a 1%	993
12.	Flexibilização das regras fiscais em caso de calamidade pública	994
13.	Lista de questões objetivas [CESPE]	996
14.	Lista de questões objetivas [FCC]	1024
15.	Lista de questões objetivas [FGV]	1052
16.	Lista de questões discursivas	1075



CAPÍTULO 29

PRECATÓRIOS 1125

1.	Conceito	1125
2.	Prioridade de pagamento e cessão do crédito a terceiro	1127
3.	Inclusão na LOA e data limite de pagamento	1131
4.	Possibilidade quanto ao uso dos créditos líquidos e certos dos precatórios	1131
5.	Compensação de débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa, e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública	1132
6.	Compensação entre Entes e pessoas jurídicas de direito público	1134
7.	Monitoramento e Atualização Monetária: retrospecto	1134
8.	Atuação do Judiciário	1137
9.	Regime Especial de Pagamento para entes em atraso: retrospecto da EC 62/2009	1137
10.	Regime especial de pagamento de precatórios para estados, DF e municípios em atraso: EC 94/2016, EC 99/2016 e EC 109/2021	1139
10.1.	Alcance e percentual mínimo	1139
10.2.	Recursos para quitação dos precatórios para entes em regime especial	1140
10.3.	Preferências de pagamento	1142
10.4.	Sequestro de valores	1142

10.5.Desapropriações	1142
10.6.Consequências em caso de descumprimento do pagamento ..	1142
10.7.Encontro de contas: compensação com a dívida ativa	1143
11. Cancelamento de Precatórios na União e a ADIN 5755	1147
12. Lista de questões objetivas	1148
13. Lista de questões discursivas	1168

CAPÍTULO 30

CRÉDITO PÚBLICO 1171

1. Conceitos	1171
2. Classificações	1172
3. Regras (condições)	1172
4. Fases	1174
4.1. Operação de Crédito Interna	1174
4.2. Operação de Crédito Externa	1175
5. Garantias	1176
5.1. Estados e Municípios	1176
5.2. União	1177
6. Limites gerais: estados e municípios	1178
6.1. Fluxo de Contratação de Operação de Crédito	1178
6.2. Estoque da Dívida	1178
6.3. Fluxo de Pagamento de Operação de Crédito	1179
7. Lista de questões objetivas	1179



CAPÍTULO 31

FUNDOS ESPECIAIS 1187

1. Conceito	1187
2. Tipos	1187
3. Características gerais dos fundos	1188
4. Lista de questões objetivas	1190
5. Lista de questões discursivas	1192



CAPÍTULO 32

REGIMES FISCAIS PERMANENTES, TRANSITÓRIOS E EXTRAORDINÁRIOS NA FEDERAÇÃO: EC 109/2021 E LC 200/2023 1195

1. Modelos de regimes fiscais	1195
-------------------------------------	------

2.	Regime fiscal sustentável conforme a Lei Complementar 200/2023	1198
2.1.	Antecedentes	1198
2.2.	Aplicação	1200
2.3.	Relação do regime fiscal sustentável com a LDO e LOA	1200
2.4.	Metodologia	1201
2.5.	Medidas de ajuste fiscal	1209
2.6.	Uso do excedente de resultado primário	1214
3.	Espaço Fiscal dos precatórios da União até 31/12/2026: a EC 114/2021	1215
4.	Regime fiscal “facultativo” para estados e municípios	1221
5.	Regime fiscal extraordinário fiscal da União em caso de calamidade pública	1224
6.	Lista de questões objetivas	1227
7.	Lista de questões discursivas	1228

Unidade Didática VI

NOÇÕES DE ECONOMIA NO SETOR PÚBLICO

CAPÍTULO 33

FALHAS DE MERCADO	1241
1. Intervenção do estado na economia: falhas de mercado	1241
2. Bens públicos	1244
3. Externalidades	1246
4. Mercados incompletos	1248
5. Poder de mercado	1248
6. Monopólios naturais	1249
7. Assimetria de informações	1250
8. Ocorrência de desemprego e inflação	1251
9. Lista de questões objetivas	1251



CAPÍTULO 34

FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ORÇAMENTO **1259**

1. Atribuições econômicas do estado	1259
2. Função alocativa	1259
3. Função distributiva	1261

4. Função estabilizadora	1263
5. Lista de questões objetivas	1266
6. Lista de questões discursivas	1281

CAPÍTULO 35

HIPÓTESES TEÓRICAS DO CRESCIMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS 1285

1. Razões do crescimento das despesas públicas	1285
2. Interpretações neoclássicas e keynesianas	1285
3. Interpretações neoinstitucionais e a importância da burocracia	1292

Unidade Didática VII

TÓPICOS ESPECIAIS



CAPÍTULO 36

FEDERALISMO FISCAL 1297

1. Conceitos e características	1297
1.1. Impactos sobre as funções econômicas orçamentárias em uma federação	1298
1.1.1. Função alocativa	1298
1.1.2. Função distributiva	1298
1.1.3. Função estabilizadora	1299
1.1.4. Responsabilidade pelas funções econômicas do orçamento no federalismo fiscal	1299
1.2. Impactos sobre o sistema tributário	1300
1.3. Impactos sobre o sistema de transferências de recursos	1301
2. Peculiaridades do federalismo fiscal no Brasil	1303
2.1. Quais as competências tributárias de cada ente?	1304
2.2. Como se dá repartição das receitas tributárias?	1306
2.3. Como se dá repartição dos fundos constitucionais: FPE e FPM?	1313
2.4. Quais as atribuições das responsabilidades públicas por gastos?	1318
2.4.1. Despesas com Educação	1318
2.4.2. Despesas com Saúde	1326

3.	Considerações finais	1328
4.	Lista de questões objetivas	1331
5.	Lista de questões discursivas	1347



CAPÍTULO 37

SIAFI 1351

1.	Histórico do SIAFI	1351
1.1.	Antecedentes	1352
1.2.	Implantação do SIAFI	1352
2.	Conceito	1354
3.	Objetivos	1354
4.	Estrutura do sistema	1356
5.	Modalidades de uso do SIAFI e formas de acesso	1357
5.1.	Modalidades de uso do SIAFI	1357
5.2.	Formas de acesso da UG ao SIAFI	1358
6.	Segurança do sistema	1360
6.1.	Instrumentos e princípios	1360
6.2.	Horário de funcionamento	1361
6.3.	O Sistema SENHA e os usuários do SIAFI	1361
6.3.1.	Cadastradores e Operadores: responsabilidades	1365
6.3.2.	Acesso ao SIAFI permitido por lei para entidades privadas	1367
6.3.3.	Acesso ao SIAFI permitido para organismos internacionais	1367
6.4.	Fornecimento de dados	1368
7.	Conformidade de registros de gestão e conformidade contábil	1369
8.	Documentos utilizados pelo sistema	1374
8.1.	GRU	1377
9.	Lista de questões objetivas	1378
10.	Lista de questões discursivas	1391

CAPÍTULO 38

CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL 1393

1.	Conceitos	1393
2.	Aspectos constitucionais, legais e infralegais	1394

3. Contas especiais (recursos federais fora da conta única)	1396
4. Subcontas na conta única	1398
5. Aspectos específicos da programação financeira	1399
6. Encerramento de contas correntes	1400
7. Movimentação de recursos na conta única	1401
7.1. Ordem Bancária	1403
7.1.1. Tipos de Ordem Bancária	1404
7.1.2. Cancelamento de OB	1406
8. Aplicação financeira na conta única	1407
9. Conciliação bancária	1409
10. Lista de questões objetivas	1410

CAPÍTULO 39

ORDENADOR DE DESPESAS 1423

1. Conceito	1423
2. Ordenador primário e secundário	1423
3. Delegação de competência	1424
3.1. Culpa <i>in eligendo</i> e Culpa <i>e in vigilando</i>	1426
4. Atos discricionários do ordenador de despesas	1427
5. Posicionamento do ordenador de despesas face aos pareceres jurídicos e técnicos	1428
6. Mitigação de riscos pelo ordenador de despesas	1429

CAPÍTULO 40

SPENDING REVIEW E PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA ORÇAMENTÁRIA DA OCDE 1431

1. Formas de avaliar a qualidade do gasto e o Spending Review	1431
2. Princípios da boa governança orçamentária da OCDE	1435
3. Princípios de governança orçamentária	1435

BIBLIOGRAFIA 1439